

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

PROJETO DE LEI Nº 1.847, DE 2003

Institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado e dá outras providências.

Autor: Deputado RUBENS OTONI

Relator: Deputado ROBERTO BALESTRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.847, de 2003, de autoria do nobre Deputado RUBENS OTONI, institui o “*Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado*”, cujo objetivo é “*incentivar o cultivo, a extração, o beneficiamento, a transformação, o consumo e a comercialização de produtos nativos do cerrado, visando promover o uso e o manejo sustentável do bioma pelas populações que tradicionalmente o exploram*”.

O Projeto atribui ao Poder Executivo uma longa lista de ações que decorrem de seus objetivos, tais como: o mapeamento das áreas de abrangência do Programa; a identificação de comunidades que, tradicionalmente, se dedicam à coleta dos produtos nativos, com destaque para o pequi; a criação de áreas de reserva legal para preservação das espécies nativas; o estímulo a pesquisas voltadas ao melhor aproveitamento econômico dos frutos e à utilização de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas do cerrado; o incentivo à industrialização e à comercialização desses produtos; e, não menos importantes,

o treinamento de produtores e trabalhadores rurais e o estímulo à sua organização em cooperativas e associações para o aproveitamento econômico sustentável dos frutos nativos do cerrado.

Coerente com o objetivo a que se propôs, o Projeto (art. 5º) destina a assentamentos de trabalhadores rurais, nos moldes de reservas agroextrativistas, as *“terras públicas e devolutas, localizadas em áreas de cerrado e que apresentem potencialidade específica”*.

Em sua Justificação, o nobre Autor põe em relevo, de um lado, a importância econômica das espécies que se pretende proteger e, de outro, o risco de extinção a que essas espécies têm sido submetidas pela expansão da agricultura e da pecuária nessa extensa área do território nacional.

O Projeto enfatiza o conceito de sustentabilidade ambiental e a necessidade de se promover o uso sustentável do cerrado pelas populações que, tradicionalmente, o exploram.

Recursos para o Programa deverão vir de aportes orçamentários complementados por doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

O Projeto de Lei nº 1.463/03 foi distribuído às Comissões de Agricultura e Política Rural; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

Não foram oferecidas emendas ao projeto no âmbito da Comissão de Agricultura e Política Rural.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

É oportuna a iniciativa do nobre Deputado RUBENS OTONI. Ele tem razão quando enfatiza a importância econômica de grande número de espécies nativas do cerrado e também quando afirma que muitas

dessas espécies correm risco de extinção. O cerrado é a grande área de expansão da agropecuária brasileira. O País não pode, não deve e não tem condições de impedir o aproveitamento do potencial agrícola dessa enorme região. Por outro lado, a destruição indiscriminada do bioma “cerrado” representa custos não apenas econômicos, mas também sociais e culturais, além de prejuízos para o meio ambiente, que a sociedade brasileira não haveria de suportar.

Como compatibilizar os objetivos de expansão das áreas cultivadas com lavouras e pastagens e preservação da cobertura vegetal nativa da região? O Projeto de Lei nº 1.847, de 2003, deve ser visto como parte da solução para o dilema.

O Projeto toca em um dos aspectos centrais do desafio do desenvolvimento sustentável, qual seja: a utopia de se querer preservar um recurso que não tem valor econômico. Diante do avanço de culturas de alta rentabilidade, como os grãos e a carne bovina no cerrado, somente pela agregação de valor a espécies nativas será efetivamente possível preservá-las. O Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado, instituído pelo Projeto de Lei em tela, vem atender justamente a este objetivo, razão por que merece nosso integral apoio.

Votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.847, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado ROBERTO BALESTRA

Relator